

Introdução: O espólio do arquitecto Ruy d'Athouguia ingressou no Arquivo Municipal de Lisboa em Junho de 2000, após a derrocada do seu ateliê, um antigo palácio setecentista, situado na Rua de São Pedro de Alcântara, em Lisboa. Este, não resistindo ao duro inverno de 1999-2000, ruiu colocando em risco a integridade da documentação e, conseqüentemente, a sua preservação.

Em resultado da situação, o arquitecto entregou, a título de depósito, o seu espólio à guarda do Arquivo Municipal, não só para ser alvo de restauro, como para ser estudado, inventariado, acondicionado e, futuramente, dado à consulta, num contributo para o estudo do Urbanismo e da Arquitectura Portuguesa do Século XX.

Inicialmente, efectuou-se um primeiro levantamento da documentação existente e uma contagem da totalidade dos documentos, que foram sujeitos a uma limpeza e acondicionamento prévio. Actualmente, procede-se à análise e inventariação de toda a documentação, com vista, por um lado, à elaboração de um Plano de Classificação e, por outro, à catalogação, informatização e acondicionamento.

Ruy Jervis d'Athouguia, Visconde d'Athouguia, nascido em Macau em 1917, licenciou-se, em 1948, em Arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto. Os seus primeiros trabalhos, encomendas particulares, são pedidos de amigos e familiares que vêm nele um arquitecto que se distancia das tendências nacionalistas da época e que privilegia a modernidade, o requinte, a ordem e que, por isso, opta por soluções de economia e aproveitamento inteligente do espaço.

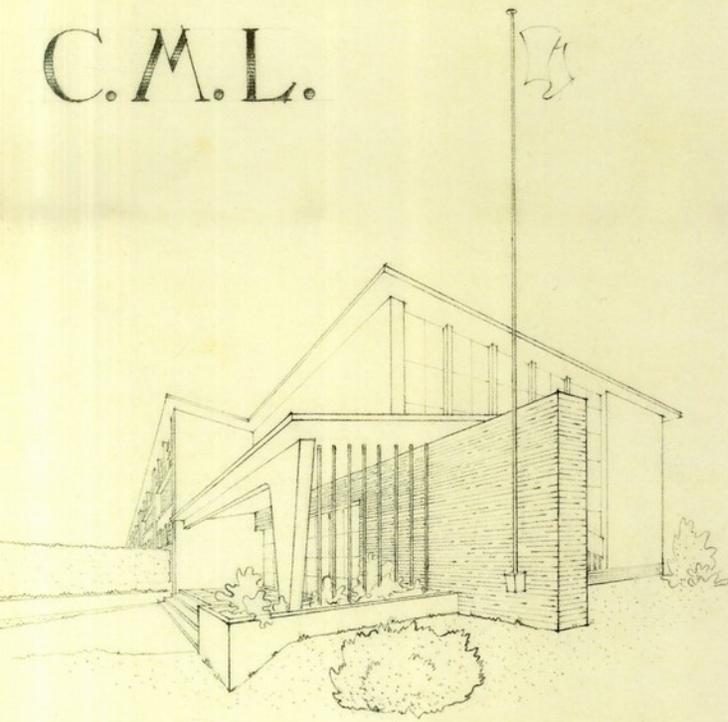
Estes primeiros trabalhos constituem uma aprendizagem necessária e importante para a tarefa que mais tarde se lhe impõe na cidade de Lisboa.

Trabalha como profissional liberal e na Câmara Municipal de Cascais durante 4 anos, tendo realizado trabalhos importantes como o "Bairro dos Pobres" da responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia de Cascais¹.

Durante o seu percurso profissional realiza diversos trabalhos de arquitectura habitacional – moradias, prédios de rendimento e bairros económicos - dos quais se destaca a Célula 8 do Bairro de Alvalade, em 1949-55, designada como Bairro de São João de Deus e, mais tarde conhecido como Bairro das Estacas - com Formosinho Sanches e Maurício de Vasconcelos -

¹ Documentação do espólio do arquitecto Ruy Jervis d'Athouguia, integrado a título de depósito no Arquivo Histórico de Lisboa e sujeita a avaliação.

C.M.L.



SÍTIO DE ALVALADE
ANTE-PROJECTO DO GRUPO
ESCOLAR PARA A CÉLULA 7

ARQUITECTO
RUY JERVIS D'ATHOUGUIA

Página de Identificação da escola, Ante-projecto do Grupo Escolar para a célula 7, tinta da china sobre papel vegetal, n/ass, s.d.

que mereceu um prémio na bienal de S. Paulo, de 1960. Foi, ainda, distinguido, por este trabalho, com o Prémio Municipal de Arquitectura, em 1954.

Foi autor, juntamente com Alberto Pessoa e Pedro Cid, do Edifício Sede da Fundação Calouste Gulbenkian (1960-69), projecto cujo valor foi reconhecido em 1975, com a atribuição do Prémio Valmor ao conjunto do projecto arquitectónico (sede, museu, auditórios, salas de exposições e de conferências e enquadramento paisagístico).

Enquadramento Histórico: Durante o séc. XX realizaram-se em Lisboa inúmeras obras de arquitectura e urbanização, motivadas pela necessidade de crescimento e de modernização da cidade, em virtude do aumento populacional causado pelo desenvolvimento da indústria e do comércio.

Esta célere renovação urbana e tecnológica do início do século dá origem à abertura de dois eixos viários essenciais para o desenvolvimento da cidade: a Av. António Augusto de Aguiar e a Av. Almirante Reis. É também nesta altura, sobretudo na década de trinta, que tem origem o crescimento de uma construção de gosto dúbio que na opinião de Ana Tostões, vai “desde o palacete de luxo à moradia medíocre passando pelo prédio de rendimento mais incaracterístico” o que, segundo a mesma autora “conduziu a uma grande variedade volumétrica e de cêrceas (...) imageticamente agravada pela profusão dos eclectismo decorativos”². Era, pois, evidente a necessidade de construção de novos equipamentos arquitectónicos.

² Ana Tostões, “Eclectismo, Revivalismo e a Casa Portuguesa”, in *História da Arte Portuguesa*, vol. 3, dir. Paulo Pereira, Temas e Debates, 1999, 3ª edição, p. 511.

Estes anos 30 trinta são considerados a década de ouro das obras públicas, expressa na construção de escolas, teatros, bairros sociais, gares marítimas (Alcântara, Rocha do Conde de Óbidos), igrejas e na abertura de vias de comunicação modernas (o viaduto Duarte Pacheco e a ligação à Auto - Estrada do Estoril, a Avenida da Índia, a Avenida Infante D. Henrique, a Avenida do Aeroporto e as circulares de Lisboa), ultrapassando mesmo, nalguns casos, as necessidades da época e, perspectivando um desenvolvimento futuro da cidade.

Esta necessidade de construir de forma sistemática dá origem, na expressão de Ana Tostões, ao “advento da linguagem modernista portuguesa apoiada nas novas técnicas e materiais industrializados” o que vai, claramente forçar a “ruptura de linguagem com os padrões passados, acertando curiosamente com o projecto de modernização e eficácia produtiva que o estado novo quis viabilizar a partir de finais dos anos 20.”³

Assim, no período da década de 1940, a arquitectura é já marcada pela afirmação do Estado Novo, apostada na busca de raízes pelas vias monumental e regionalista. A primeira, expressa nos conjuntos de cariz tipicamente urbano, onde Lisboa, a capital, serve de modelo para outras cidades do império; a segunda, patente sobretudo nos bairros económicos e nos conjuntos de vivendas unifamiliares da “alta burguesia” que nesta altura são edificadas.

A partir de finais da década vislumbra-se um primeiro sinal de contestação por parte da classe dos arquitectos face ao regime do Estado Novo, precisamente com o I Congresso de Arquitectura⁴, de 1948⁵. Manifesta-se, então, uma “terceira via” ou “terceira geração” emergente desse mesmo evento, protagonizada pelos jovens arquitectos Keil do Amaral e Fernando Távora, que ambicionavam aliar a postura tradicionalista e a identidade cultural à Modernidade.

O período em que decorre o I Congresso de Arquitectura é marcado por um conjunto de iniciativas igualmente decisivas, das quais se destaca o surgimento da revista *A Arquitectura*, veículo privilegiado de divulgação das ideias modernistas. Particularmente importante é também a actividade das diversas organizações de arquitectos, nomeadamente, da Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM), as Iniciativas Culturais de Arte e Técnica (ICAT), as Exposições Gerais de Artes Plásticas, organizadas pelo Movimento União Democrática (MUD) e o Movimento de Renovação da Arquitectura Religiosa (MRAR), sinais de uma contestação intelectual no seio da classe de arquitectos e da sociedade em geral.

³ Idem, *Ibidem*, p. 517.

⁴ *I Congresso Nacional de Arquitectura – Teses*, Lisboa, s.d.

⁵ “É a partir do Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948, que se sente emergir, segundo os vectores que ensaiámos caracterizar, uma nova geração e, em paralelo, uma vontade colectiva de mudança, de recusa consciente e mais teoricamente alicerçada, da arquitectura do estado novo.” (Ana Tostões, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997, p. 33.).

É neste contexto, marcado também pela forte repressão que conduziu à exoneração, demissão e despedimento dos signatários da “Carta-Manifesto” - que solicitava a reconstituição das liberdades políticas, a criação de partidos políticos e a realização de eleições gerais - que, em 1948, se realiza o I Congresso Nacional de Arquitectura⁶.

Os grandes temas discutidos foram “A arquitectura no plano nacional” e “O problema habitacional em Portugal”, ambos, principalmente o primeiro, alvos de uma acesa discussão. Este debate de ideias motivou uma tomada de consciência por parte da nova geração de arquitectos, onde se encontra definido, como defende José-Augusto França “um segundo período da arquitectura moderna em Portugal, após a breve fase dos pioneiros da “primeira geração”, e após o compromisso dos anos 40 com um novo gosto oficial”⁷.

Neste congresso foi ainda questionada a intromissão e a pressão do Regime na arquitectura, assim como, as condições difíceis em que o ensino era ministrado na Escola de Arquitectura. Era, pois, urgente realizar uma reforma na arquitectura que passasse pela criação de uma especialização profissional, onde não existissem coacções por parte dos organismos oficiais na tentativa de impor um único “estilo português”, que se afirmasse como emblemático de uma arquitectura moderna e contemporânea. Por outro lado, defendia-se não só a realização de inquéritos e estatísticas sobre o problema da habitação, mas também de planos de urbanismo local, regional e por fim nacional.

Assim, este congresso de 1948, realizado em Lisboa, marcará a existência de uma nova geração de arquitectos portugueses que, conscientes da atitude rígida que, então, moldava a arquitectura, procuram adoptar um novo movimento modernista, mais funcional e desperto para o problema habitacional e social, nomeadamente através da construção de habitações sociais em altura, influência de Le Corbusier.

Apesar de toda esta agitação dos anos 50, em Portugal continuavam a conviver as duas vertentes da arquitectura. Se, por exemplo, nos bairros novos de Lisboa Oriental (Alvalade e Olivais) é visível um traçado modernista, da autoria da geração dos novos arquitectos influenciados pelas teses defendidas no Congresso de 1948, ao mesmo tempo assiste-se à construção de outros edifícios ainda profundamente marcados por um espírito mais

⁶ “Nele são abordados temas significativos para uma mudança ideológica diferente da defendida pelo grupo dominante. Foi, através da acção conjugada dos elementos provenientes do ICAT e ODAM que conseguiram ver as suas reivindicações satisfeitas, designadamente com a nomeação do arquitecto Paulo Cunha como secretário-geral do congresso e, com o facto das teses apresentadas não serem sujeitas a uma censura prévia. In José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX*, Lisboa, Bertrand, 1974, p. 433.

⁷ Idem, *Ibidem*, p. 434.

tradicionalista, como nalguns equipamentos da Cidade Universitária (Biblioteca Nacional, Faculdade de Letras e de Direito e o Hospital de Santa Maria)⁸.

O Bairro de Alvalade

O Bairro de Alvalade encontra-se integrado no Plano Director de 1938-48 e resulta da necessidade de desenvolvimento da cidade através da criação de infra-estruturas adequadas. Para esta situação contribuiu o facto de o eng.º Duarte Pacheco ter acumulado as funções de Ministro das Obras Públicas com as de Presidente da Câmara de Lisboa durante os anos de 1938 a 1943⁹, imprimindo, assim, uma forte dinâmica de crescimento à cidade de Lisboa.

Durante este período são chamados para a autarquia um conjunto de arquitectos onde se destacavam os nomes de Faria da Costa, como urbanista, de Keil do Amaral, como arquitecto, e de Etienne de Gröer, urbanista que contribuiu para a prossecução do novo Plano Director Municipal de Lisboa¹⁰.

O Bairro de Alvalade, desenhado por Faria da Costa, foi projectado em 1944 e começou a ser edificado durante o mandato de Salvação Barreto (1944-1959), enquanto presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Este Bairro era limitado a Norte pela Av. Alferes Malheiro (actualmente Av. do Brasil), a Este pela Av. do Aeroporto (actualmente Av. Gago Coutinho), a Sul pela linha do caminho de ferro e a Oeste pelo Campo Grande.

Com uma área de 230 ha, apresentava uma larga malha reticulada de sucessão de impasses, pracetas e espaços livres, resultando deste processo um conjunto compacto e equilibrado. Esta solução imaginativa e adaptada ao terreno situa-o próximo da cidade-jardim americana.

⁸ “Será por isso que o I Congresso de Arquitectura de 1948, para além de todo o entusiasmo e generosidade individuais, que não se põem de forma nenhuma em dúvida, que globalmente poderia ter constituído de facto uma definitiva charneira numa tomada de consciência arquitectónica dos arquitectos portugueses – e aí teria tido realmente um significado singular na historia da arquitectura moderna em Portugal –, em termos colectivos pode não ter representado senão politicamente um descompromisso tardio, profissionalmente um escapismo, culturalmente uma frustração, historicamente um mito.” (Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes, “A Arquitectura Moderna em Portugal”, in *História da Arte em Portugal*, vol. 14, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp. 143-144).

⁹ Sobre este assunto ver Fernando Rosas e J.M. Brito, “Duarte Pacheco (1899-1943)”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 710-711.

¹⁰ “Pela primeira vez, estudava-se o programa de urbanização da capital marcando-se as grandes linhas de desenvolvimento suportadas legalmente por inovadoras medidas, como o novo código de expropriação que permitiu a realização de novos bairros de iniciativa camarária, onde se mantém um desenho urbano coerente, de uma rede viária suporte do desenvolvimento.” (Ana Tostões, “Eclectismo, Revivalismo e a Casa Portuguesa”, *op. cit.*, p. 525).

ÁREA DE OCUPAÇÃO

Espaços livres públicos na área urbanizada	33 ha
Edifícios de interesse público	25 ha
Instalação de indústria ligeira local e artesanal	6 ha
Habituação (incluindo edificações já existentes)	129 ha
Arruamentos	37 ha
TOTAL	230 ha

Dados extraídos de Câmara Municipal de Lisboa,
A Urbanização do Sítio de Alvalade, 1948, p.13.

Pensado para congregar uma população de cerca de 45 mil habitantes das mais diversas categorias sociais, o Bairro de Alvalade funcionará como uma “pequena cidade dentro de outra cidade”, pois nele estava prevista a criação de uma série de equipamentos sociais (escolas, mercados, centros cívicos, parque desportivo, pequena indústria e comércio), de forma a atrair a população e a torná-lo independente do centro de Lisboa. Para tal, muito contribuiu uma rede de transportes bem estruturada (caminho de ferro, autocarros e eléctrico) que facilitava a circulação com outros pontos da cidade.

Pela primeira vez, são projectados edifícios colectivos com volumetria, desde que estes não ultrapassassem os três pisos, destinados a habitação social e apoiados por uma série de equipamentos¹¹. Para este bairro estava prevista a construção de habitação de renda económica, livre e de luxo, distribuindo-se os vários grupos sócio-económicos de forma hierárquica pelos principais eixos viários, numa clara aplicação dos princípios da Carta de Atenas (1933), documento normativo da urbanística moderna¹².

O Bairro de Alvalade é considerado por muitos, como o primeiro plano integrado para Lisboa, sendo organizado a partir de oito células, cada uma da responsabilidade de um arquitecto, estruturadas a partir de um elemento central: a escola primária.

Uma outra situação de inovação e que originou toda a uniformização deste bairro foi o facto da maioria da construção ter sido assegurada pelo estado, tendo mesmo a intervenção estatal moldado a construção privada, já que os lotes eram vendidos em hasta pública por um projecto previamente aprovado pelo município.

Por outro lado, em 1947, surgiu uma nova figura legal, a modalidade do prédio de rendimento com renda limitada que consistia numa prática inovadora no campo do arrendamento,

¹¹ Anteriormente, estes bairros sociais (Encarnação, Alto da Ajuda, Alto da Serafina, Alvito, Madre de Deus) eram formados por casa unifamiliar com logradouro, numa imitação do Portugal rural.

¹² A Carta de Atenas, datada de 1933, é resultado do IV Congresso Internacional da Arquitectura Moderna (CIAM). Defende princípios como o da existência de planta e fachada simples, edifício assente sobre pilotes (pilares à vista), janelas em comprimento e cobertura de terraço.

permitindo o desenvolvimento de soluções mais amplas e de assinalável qualidade¹³, o que possibilitava a construção de soluções arquitectónicas modernas.

A conclusão deste bairro ocorreu em finais dos anos 60, com a construção da Praça de Alvalade. Apesar de ter tido um processo de construção longo, o seu plano director não foi nunca subvertido, respeitando-se a estrutura básica do plano de Faria da Costa que foi apenas alvo de algumas alterações pontuais ao nível dos projectos habitacionais - nos quais foram aplicados os princípios da Carta de Atenas e as propostas modernistas - nomeadamente, no “Bairro das Estacas”.

O Bairro das Estacas

Em 1949, os arquitectos Ruy d’Athouguia e Sebastião Formosinho Sanches foram convidados para a apresentação de um projecto, para a célula 8, do Bairro de Alvalade, denominada Bairro de S. João de Deus.

Esta célula encontrava-se situada num local constituído por diversas parcelas hortícolas abrangidas pela expropriação efectuada pela Câmara Municipal de Lisboa no âmbito do programa de construção do Bairro de Alvalade, com o objectivo de aí criar um conjunto habitacional de renda limitada.

Porém, o sistema de rendas rígidas não previa a existência de elevadores dentro dos edifícios por se tornar demasiado dispendioso e, por isso mesmo não era permitida a construção de mais de 3 pisos. Face a este problema, os arquitectos desta célula propuseram o sistema duplex, criando para o efeito um bloco habitacional de 4 pisos.

O facto de os edifícios se encontrarem apoiados em pilares ou pilotes, possibilitando o aproveitamento do piso térreo para um espaço verde ajardinado destinado a recreio e lazer, levou a que este conjunto habitacional viesse a ser conhecido como *Bairro das Estacas*.

O futuro Bairro das Estacas, considerado uma das principais obras urbanísticas do Bairro de Alvalade, não entra em conflito com as normas rígidas impostas pelo governo de Salazar. A atitude de Ruy d’Athouguia para com a arquitectura, embora traduzindo alguma contestação, resulta em soluções harmoniosas de ordem e de equilíbrio e traduz-se numa atitude inovadora

¹³ Ver Ana Tostões, “O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa”, in *Lisboa Conhecer Pensar Fazer Cidade*, Lisboa, Centro de Informação Urbana de Lisboa- Câmara Municipal de Lisboa, 2001, pp. 67-68.

para com o problema habitacional que a cidade enfrentava. O objectivo principal seria, pois, criar novos bairros e novas infra-estruturas de apoio, como por exemplo as escolas, que permitiam humanizar e sociabilizar o espaço.

As Escolas

As escolas são equipamentos importantes para a unificação do Bairro de Alvalade, tendo sido criada uma escola para cada célula.

Tanto as escolas primárias como os liceus afirmavam-se como pólos de atracção para as famílias que teriam, assim, uma possibilidade de se deslocarem do centro tradicional da cidade para uma zona habitacional nova e aí se fixarem, utilizando, para isso infra-estruturas de apoio, o que facilitaria a sua integração social e humana.

Para as escolas primárias é criada uma escola única, embora dividida por sexos. Para um melhor aproveitamento do espaço, normalmente existem zonas comuns, como a cozinha, o ginásio e a biblioteca. No entanto no caso dos liceus, estes não apresentam qualquer zona comum, pois são construídos separadamente e perfeitamente autónomos entre si. Em qualquer um destes estabelecimentos de ensino é visível uma preocupação com a implantação de zonas verdes, fruindo a comunidade escolar da natureza.

Tanto as escolas primárias de iniciativa camarária como os liceus, pelas suas características intrínsecas, permitem a adopção do programa modernista. Com efeito, como sublinha Ana Tostões, se por um lado, “A repetição do módulo da sala de aula é pretexto para a definição de um padrão concebido segundo os princípios da arquitectura do Movimento Moderno”, por outro, a “aplicação do rigoroso regulamento da separação dos sexos conduz a uma tipologia funcional clara em que se definem duas zonas de acesso independentes” mas interligadas. Assim, é particularmente, “na adaptação ao terreno dos dois núcleos de aulas e do elemento de ligação e no modo como se resolvia a questão da iluminação”¹⁴ que melhor se observam os elementos de modernidade

Nas escolas detectamos, ainda, a utilização de outros elementos marcantes na arquitectura moderna, como a casa assente em pilotes, a planta e/ou o alçado livre, a janela em comprimento e a cobertura em terraço.

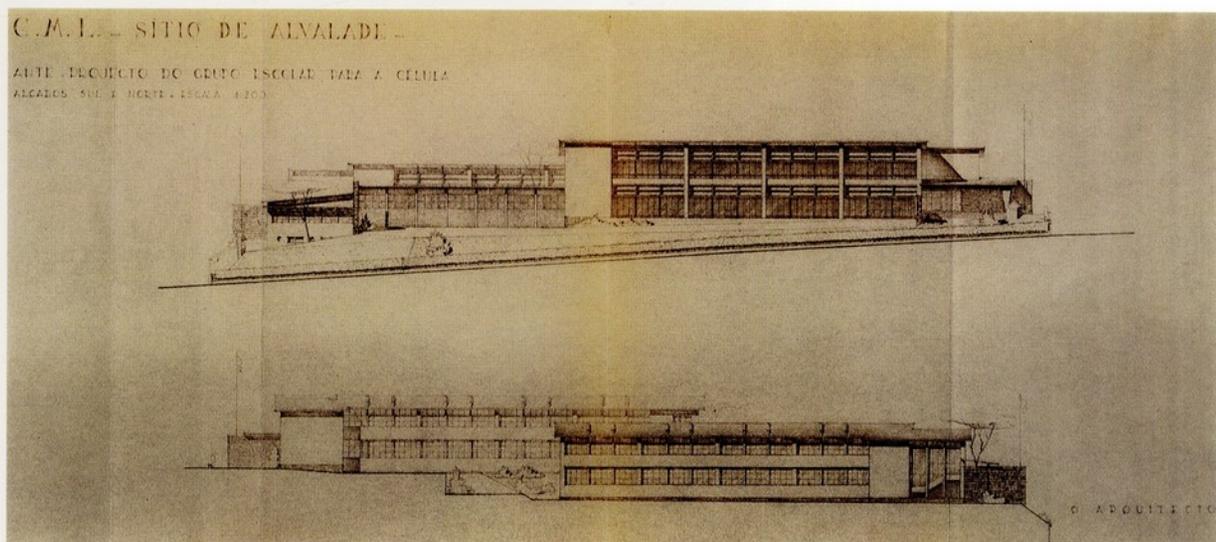
¹⁴ Ana Tostões, *Os Verdes Anos ...*, op. cit., p. 105.

É sem dúvida nos programas de concepção das escolas e nos equipamentos sociais e culturais que os arquitectos portugueses melhor exploram a questão da modernidade.

Essa característica é bem visível em Ruy d'Athouguia e nestes projectos escolares para o Bairro de Alvalade, pois todos esses estabelecimentos de ensino (as escolas primárias do Bairro de São Miguel e de Teixeira de Pascoaes e o Liceu Padre António Vieira) possuem janelas em comprimento, em virtude de ser um espaço que necessita de um bom índice luminoso de modo a beneficiar a visão. Para esse elemento inovador, o arquitecto realizou diversos estudos de insolação, consoante as diferentes estações do ano e as horas do dia.

Estas três escolas entregues a Ruy d'Athouguia foram os primeiros projectos escolares que este arquitecto cumpriu, denotando-se uma busca criteriosa e um levantamento exaustivo das necessidades de cada grupo escolar, de acordo com os graus de ensino.

Escola Primária do Bairro de S. Miguel (1949-1952)



Alçado Sul e Norte (Ante-Projecto do Grupo Escolar para a Célula 7), escala 1/200, policopiado sobre papel, ass., s.d..

Esta escola, conhecida como Grupo Escolar Célula 7 ou Escola Primária do Bairro de São Miguel, foi a primeira projectada pelo arquitecto Ruy Jervis de Athouguia no Bairro de Alvalade e resultou da aceitação do novo programa de arquitectura do Bairro das Estacas.

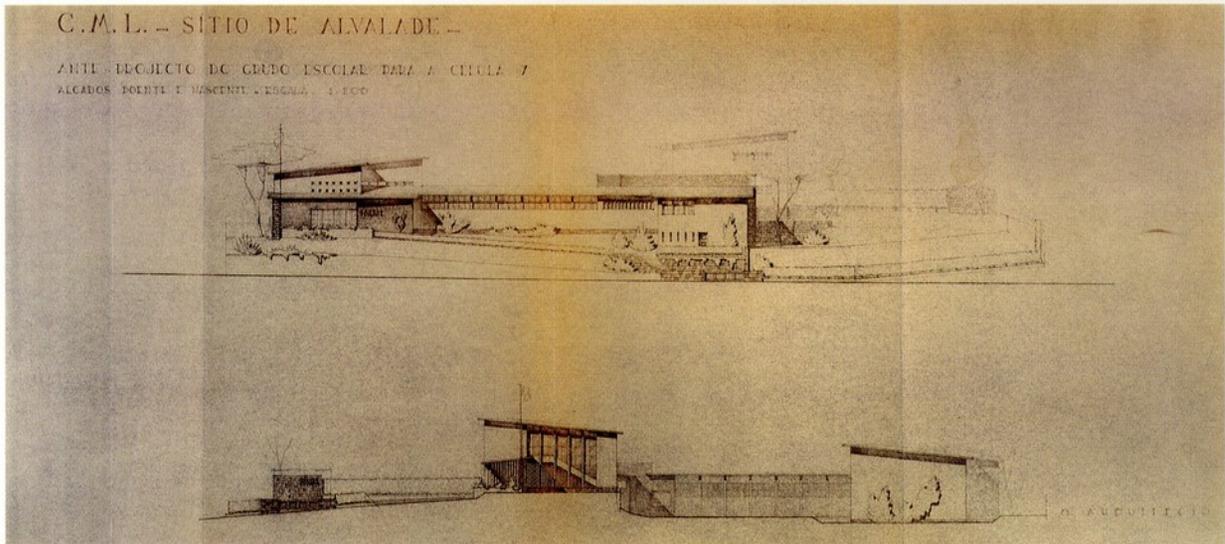
O projecto para o grupo escolar deste estabelecimento de ensino de Alvalade, iniciou-se em 1949, envolvendo os jardins e anexos da escola, realizando uma boa integração do local e

articulando de forma minuciosa dois volumes de dois pisos, cada um correspondendo à zona das salas de aulas.

Para o efeito, são criados dois pátios paralelos ligados por uma laje suspensa em pilotes, suportada por um muro ligeiramente inclinado que para além de facilitar o arejamento do espaço, permitia ainda a existência, em simultâneo, de dois recreios cobertos utilizados durante todo o ano, para cada um dos sexos.

A utilização de novos materiais e formas (madeira, tijolo e janelas amplas) é adaptada às necessidades e visa o bem estar físico e intelectual dos alunos, como se percebe pelas salas de aula que são estudadas ao pormenor desde o mobiliário até à incidência solar e que apresentam palas pivotantes que asseguram o conforto luminoso.

É mantida uma estreita comunicação entre o interior e o exterior com a criação de sucessivos planos, nos quais são utilizados materiais texturados que se consolidam e que são cortados pelo pano de vidro que, em comprimento, os separa¹⁵.



Alçado Poente e Nascente (Ante-Projecto do Grupo Escolar para a Célula 7), escala 1/200, policopiado sobre papel, ass., s.d..

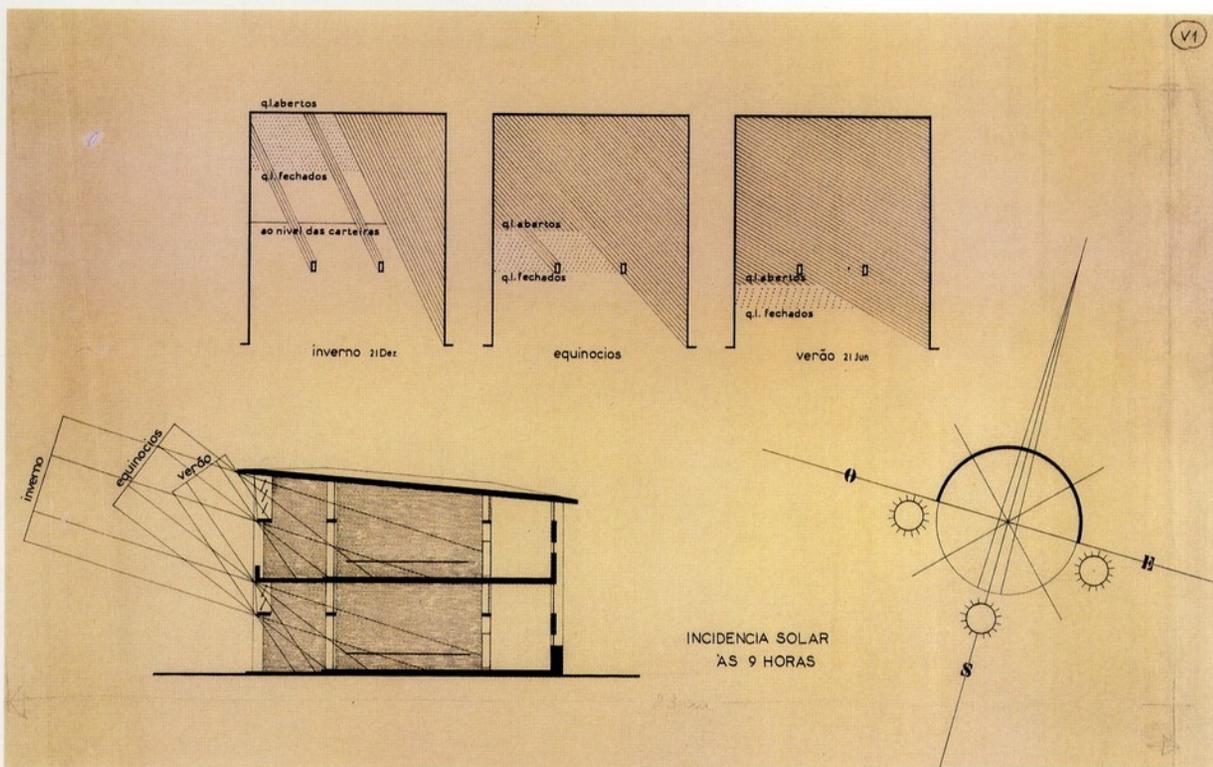
Nas *Bases para Elaboração dos Projectos de Grupo Escolar*, de 1949, incluídas na documentação do espólio de Ruy Jervis d'Atouguia, prevê-se a construção de 3 zonas fundamentais: uma para o sexo masculino, outra para o sexo feminino e outra para a cantina.

¹⁵ Este assunto encontra-se desenvolvido em Idem, *Ibidem*, pp. 105-106.

Para cada zona de aulas foram projectadas 8 salas, distribuidas por dois pisos, cujo acesso é feito por um corredor de circulação com vestíbulo e instalações sanitárias para os alunos.

No piso inferior foi previsto um gabinete para os professores do qual era possível vigiar os recreios que são também dotados de instalações sanitárias.

Para a cantina foram projectadas duas salas de refeitório, uma por cada sexo, cozinha, despensa, uma ou duas pequenas copas e instalações para o pessoal (vestiário e sanitários, incluindo uma cabina de duche)¹⁶.



Alçado Sul e Norte (Ante-Projecto do Grupo Escolar para a Célula 7), escala 1/200, policopiado sobre papel, ass., s.d..

Nas considerações gerais o arquitecto ponderou rigorosamente o problema da orientação de cada zona e as suas dimensões, principalmente a zona dos grupos de aulas onde foram considerados os acessos independentes e diferenciados, bem como o serviço da cantina.

¹⁶ A zona das salas de aula têm as dimensões livres de 48 m², os gabinetes dos professores cerca de 16 m², as arrecadações 12 m², os vestíbulos 30 m² a 40 m², o recreio coberto, cerca de 120 m², com largura não inferior a 5 m e as instalações sanitárias para o masculino (6 urinóis de bacia, 3 lavatórios e 4 compartimentos com bacia de retrete) para o feminino 3 lavatórios e 5 ou 6 compartimentos com sanita). Para a cantina e prevendo um fluxo maior de alunos, em cada grupo aumentou-se o número de lavatórios para 5. A cantina tem uma área total de 120 m² a 140 m² dos quais 80 m² a 100 m² destinados aos refeitórios (com um lava-louça grande por refeitório).

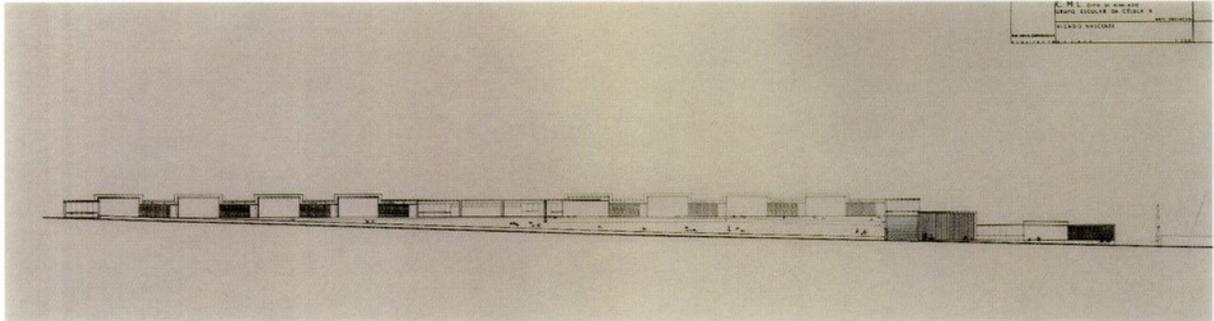
Os recreios cobertos e descobertos só são acessíveis aos grupos que servem, de modo a que não se perdesse a independência do espaço. Em cada um deles foram instalados 3 bebedouros, sendo que esta zona teria acesso facilitado à casa de banho do piso inferior.

Para as salas de aulas foi estudado um sistema de protecção dos raios solares, de gradação de luz e de ventilação transversal e segura.

Na Escola de S. Miguel assistimos a uma recriação das tecnologias e dos materiais, importantes neste período da arquitectura portuguesa do séc. XX, com a introdução do tijolo enquanto acabamento e aproveitamento da sua plasticidade e nos planos salientes da escola, “fazendo penetrar o exterior na parede da sala de aula onde se desenha o quadro de ardósia preta”¹⁷.

Escola Primária Teixeira de Pascoaes (1954-1959)

Esta escola primária projectada por Ruy d’Atoughuia encontra-se integrada na célula 8 do Bairro de Alvalade, na Rua Teixeira de Pascoaes, célula que lhe foi atribuída para desenvolver um projecto de arquitectura habitacional.



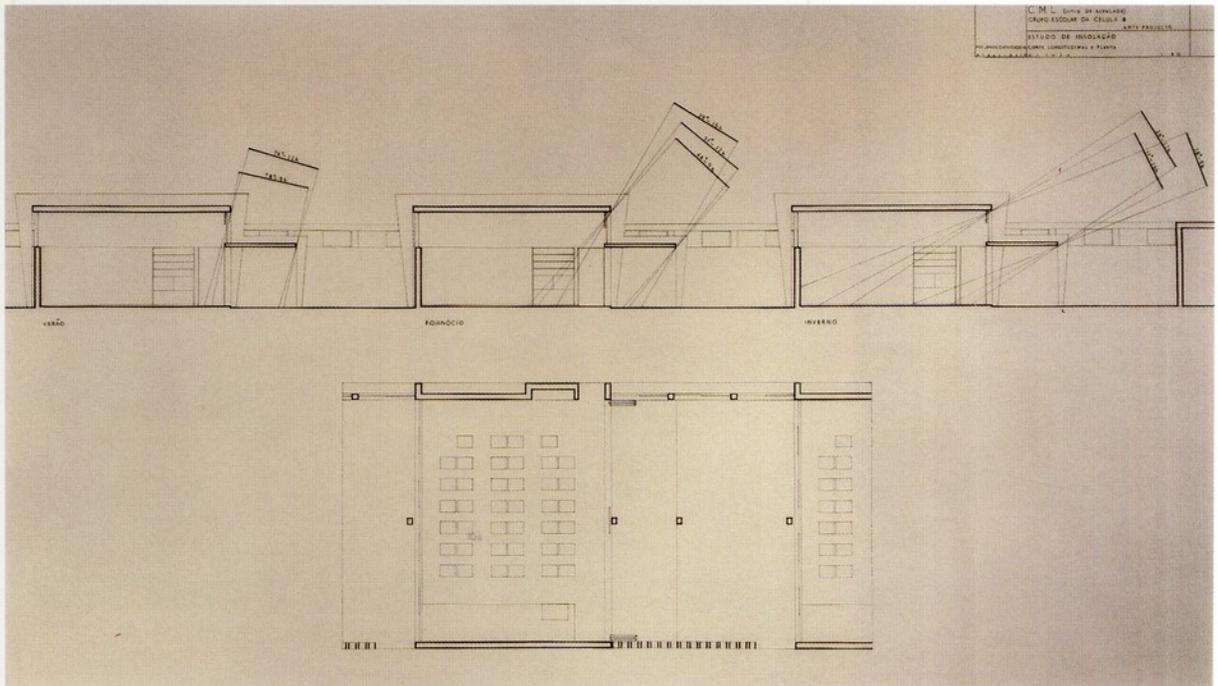
Alçado Nascente (Ante-Projecto do Grupo Escolar para a célula 8), escala 1/200, tinta da china sobre vegetal, n/ass., s.d..

Nos estudos prévios desta escola, datados de 1956, é visível um desenho desenvolvido em comprimento, assente num piso térreo, com cobertura em terraço, aproveitando de forma racional os desníveis do terrenos. O conjunto é constituído por um sistema de pavilhões modelares nos quais são rasgadas amplas janelas que estabelecem uma relação intimista entre o interior e o exterior.

¹⁷ Idem, *Ibidem* p. 143.

Esta obra é considerada por Ana Tostões como “reveladora da procura minimal que caracteriza este autor, desenvolvendo-se em grande serenidade e poesia, numa espacialidade que lembra o silêncio japonês”. Para este edifício chegou a ser projectado um painel cerâmico da autoria de Menez, mas que foi sucessivamente rejeitado pela comissão de Arte e Arqueologia com base nos “critérios da decoração nas escolas primárias”, considerando-o “arte abstracta”¹⁸, e como tal, desadequado.

A divisão entre alunos e alunas nesta escola foi também equacionada, com entradas e recreios separados por um muro. Com o objectivo da racionalização do espaço e à semelhança de outros equipamentos escolares contemporâneos, existem alguns elementos comuns, tais como a cozinha e a biblioteca.



Estudo de insolação (Ante-Projecto do Grupo Escolar para a célula 8), corte longitudinal e planta, escala 1/50, tinta da china sobre vegetal, n/ass., s.d..

Esta última, para uma melhor autonomia do espaço, desenvolve-se num anexo/pavilhão separado do restante edifício escolar, a que se acede através de uma escadaria e do patamar de entrada da escola.

Deste modo, no 1º piso desenvolvem-se todos os equipamentos necessários ao funcionamento escolar: o átrio, o vestíbulo, as 16 salas de aulas (oito por sexo), os dois

¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 106.

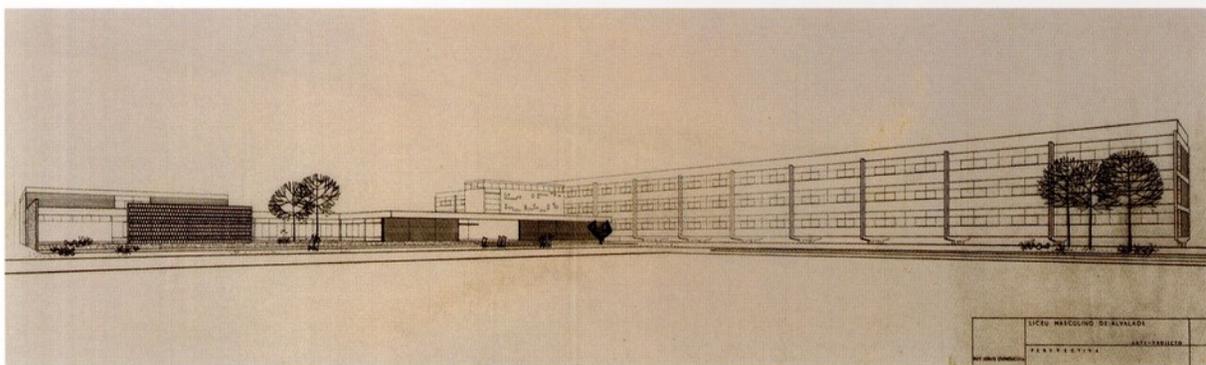
refeitórios, a cozinha comum, a despensa, o vestiário do pessoal, os sanitários, o gabinete dos professores, os serviços de saúde, a secretaria e as arrecadações.

Foi ainda criado um anexo independente onde deveria funcionar um salão de festas, uma biblioteca, uma casa para o guarda e uma dependência para o jardineiro.

No exterior previa-se a criação de recreios e pátios exteriores e interiores, tirando o melhor partido possível dos recantos formados pelos edifícios.

Também para esta escola o arquitecto realizou diversos estudos de insolação e de distribuição de luz nas salas de aula, reveladores de uma preocupação constante pelo bem estar de quem utiliza este espaço.

O Liceu Masculino de Alvalade (1959) Escola Padre António Vieira

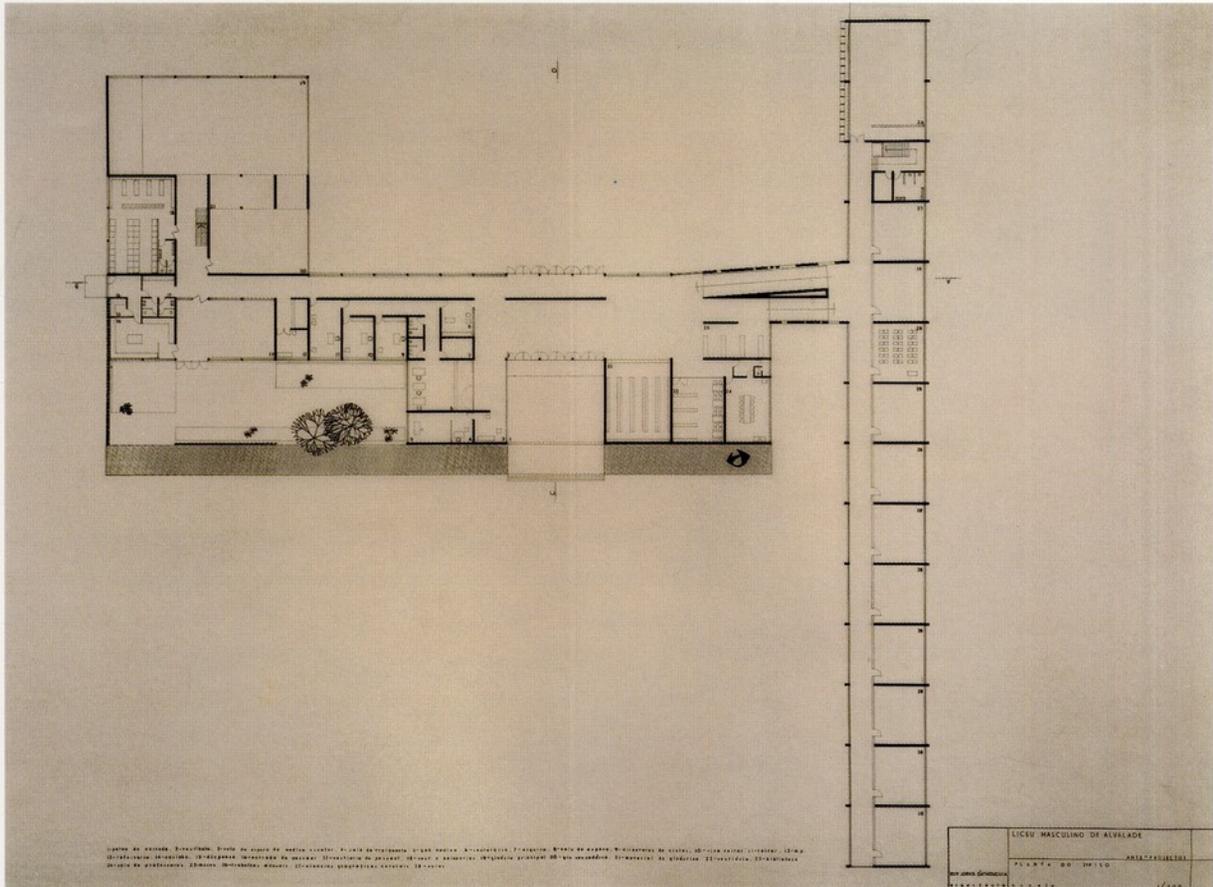


Perspectiva (Ante-Projecto da Escola Masculina de Alvalade), tinta da china sobre papel vegetal, ass., s.d..

O liceu situa-se na franja do bairro de Alvalade e foi concebido no ano de 1959 para uma população escolar masculina. A sua implantação foi realizada de forma harmoniosa num terreno irregular, ladeado, na frontaria, por quarteirões habitacionais, numa proposta, equacionada pelo arquitecto, de integração do equipamento com a área envolvente.

Apesar de apresentar uma aparência de rigidez formal e de uma certa dimensão, os três corpos do edifício escolar composto na zona norte pelo ginásio, na zona central pelos serviços e na zona sul pela sala de aulas, prolongam-se com alguma suavidade pelo terreno, através de uma clara diferenciação volumétrica.

Como se vê na imagem, “A configuração em H permitiu concentrar os serviços e os acessos às diversas áreas no corpo central. Na ala a sul situam-se as salas de aula. A morfologia exterior é marcada pela alternância entre o tijolo e os elementos estruturais de betão, e pela elevação sobre pilares do piso térreo”¹⁹.



Planta do 2º piso com referência ao ginásio (Ante-Projecto da Escola Masculina de Alvalade), escala 1/200, tinta da china sobre papel vegetal, ass., s.d..

Nestes três corpos foram colocadas diversas infra-estruturas necessárias ao funcionamento escolar, equacionadas de forma funcional e articulada com os três pisos do edifício.

Assim, no 1º piso foi pensada a construção de um recreio para o 1º ciclo e de um outro para os 2º e 3º ciclos. Sobre os pilares de suporte funcionariam os recreios cobertos.

No 2º piso estavam ainda previstos um pátio de entrada e um vestíbulo de acesso aos restantes equipamentos.

¹⁹ Annette Becker, Ana Tostões e Wilfried Wang, *Arquitetura do Século XX – Portugal*, Deutsche Architektur – Museum, Prestel, 1997, p. 198.

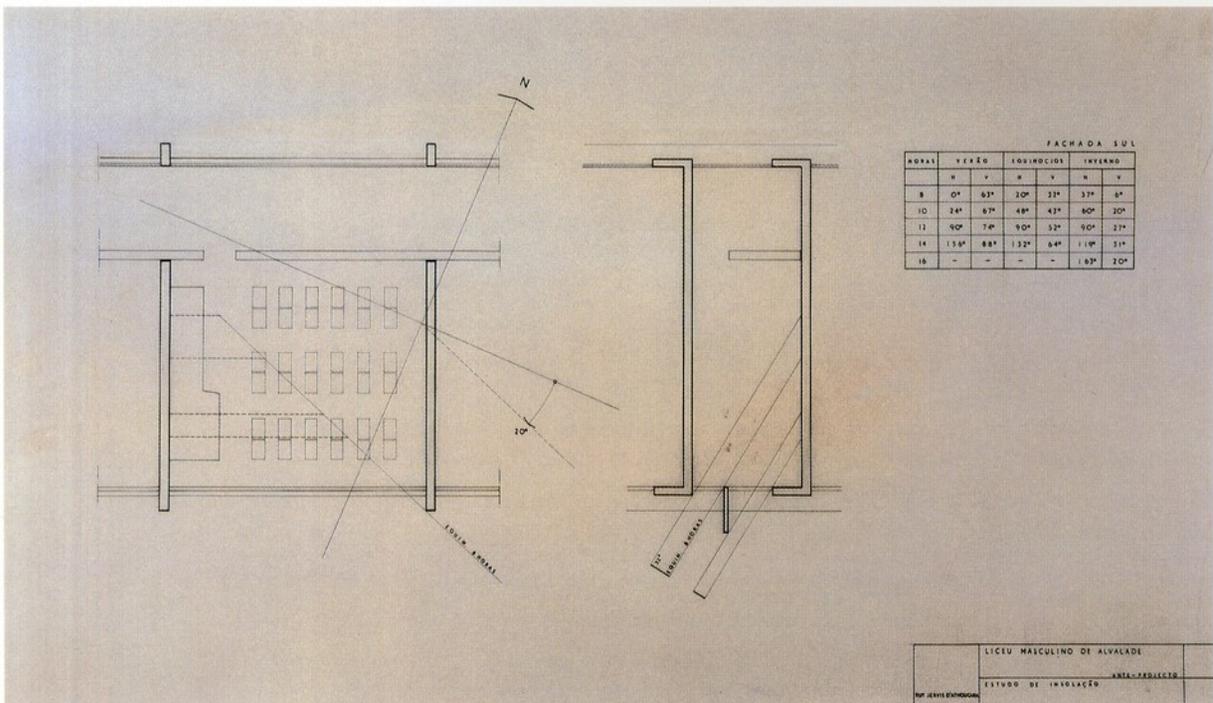
Na ala esquerda funciona a sala de espera, com o gabinete do médico escolar e a sala de tratamentos, a secretaria e o vestiário, o arquivo, a sala de espera, a sala dos directores de ciclo e os gabinetes do reitor e do vice-reitor. No mesmo piso existe ainda a secretaria e a arrecadação utilizada pela Mocidade Portuguesa bem como, a respectiva sala do filiado, o refeitório, a cozinha, a despensa, o vestiário e instalações sanitárias para os funcionários deste espaço. Ao fundo, o ginásio principal e secundário, com a sala de material de ginástica, o vestiário e respectivo balneário e o gabinete do professor.

Na ala direita foi delineado o vestiário e a sala dos professores, a biblioteca e o museu, um corredor de acesso às sala dos trabalhos manuais, ao anexo, à sala de aula de geografia e às dez salas de aulas.

No 3º piso foi projectada uma sala de desenho para o 1º Ciclo e outra para os 2º e 3º Ciclos, laboratórios de ciências naturais, de química, de física, um anfiteatro de física e de química, gabinetes de preparação e de balanças com câmara escura e, por fim, uma sala de canto coral.

O 4º piso alberga 14 salas de aula e uma casa de banho.

Também para este projecto foram elaborados diversos estudos de insolação com vista a uma melhor iluminação das salas de aulas.



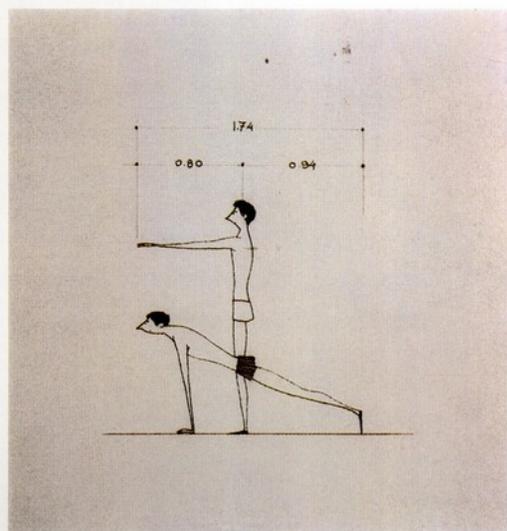
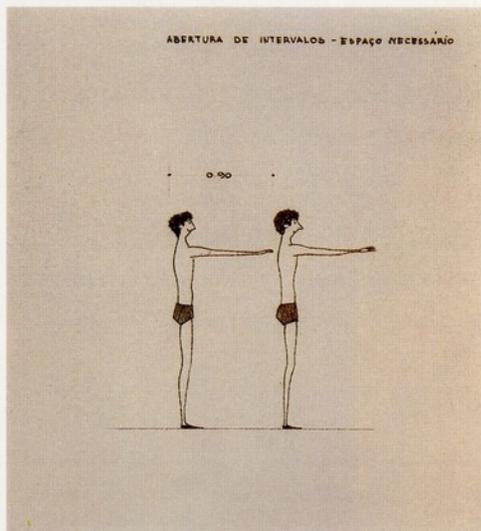
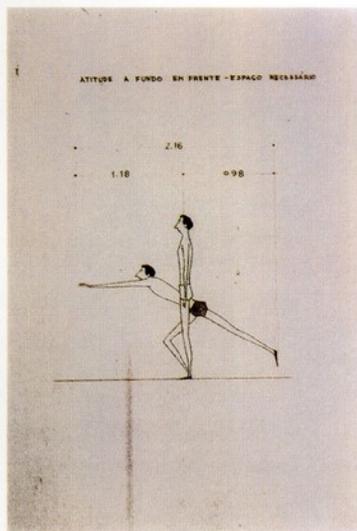
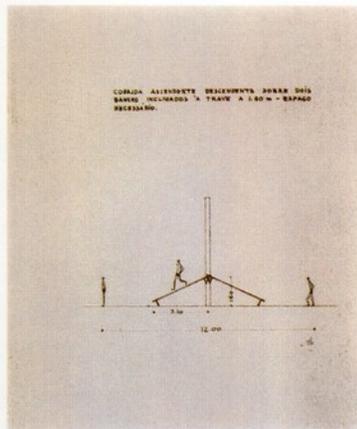
Fachada Sul, Estudo de insolação (Ante-Projecto da Escola Masculina de Alvalade), tinta da china sobre papel vegetal, s.d..

Ginásio ²⁰

As instalações desportivas do Liceu Padre António Vieira foram alvo de um estudo provisório que previa a construção de dois ginásios, um com a área de 350 m² e outro com 100 m². Subjacente estava a ideia de construir dois ginásios que pudessem transformar-se num único salão polivalente para a prática de ginástica e de outras modalidades desportivas.

A este propósito veja-se o exposto, no “Estudo Referente ao Ginásio do Liceu Masculino de Alvalade”, onde se lê: “Desejando dar satisfação a esta sugestão pensamos em reunir num só bloco os dois ginásios que seriam separados por duas portas apropriadas para este fim, permitindo não só a prática da ginástica e da iniciação desportivas em cada um deles, como também a competição desportiva no seu todo”²¹.

Estes estudos tiveram como base: *As Normas para as instalações dos liceus e escolas do Ensino Profissional nas províncias Ultramarinas do Ministério do Ultramar, do Gabinete de Urbanização do Ultramar e o Manual de Ginástica Infantil*, de Alberto Feliciano Marques Pereira.



Desenhos de vários elementos de ginástica, policopiado sobre papel, n/ass., s.d..

²⁰ Documentação do espólio do arquitecto Ruy Jervis d’Athougua, integrado a título de depósito no Arquivo Municipal de Lisboa e sujeita a avaliação.

²¹ Documentação do espólio do arquitecto Ruy Jervis d’Athougua, integrado a título de depósito no Arquivo Municipal de Lisboa e sujeita a avaliação.

Deste modo, foram estudadas as várias valências destes pavilhões gimno-desportivos, tendo sido solicitada a colaboração de diversas personalidades ligadas ao meio desportivo escolar e a diferentes instituições, de modo a avaliar qual a melhor solução para as necessidades do ensino da educação física. De entre esses colaboradores destacam-se os contributos do Professor Teotónio Lima (do Instituto Nacional de Educação Física), do Professor Serradas Duarte (docente contratado no quadro do Liceu D. João de Castro), do Professor Mário Lemos (professor do Colégio Militar), do Professor Moura e Sá (Instituto Nacional de Educação Física) e do Professor João Coutinho (docente contratado no quadro da Escola Ramalho Ortigão, do Porto).

Para a sua concepção foram tidas em linha de conta as exigências trazidas pelos exercícios de educação física, tendo como referência uma turma de 36 alunos.

Após a realização dos referidos estudos considerou-se que “O ginásio que satisfaria como unidade todas as necessidades, quer de exercício de ginástica quer de jogos, com a vantagem de poder ser utilizado por todo o bairro, o que seria de máxima conveniência, deveria ter as dimensões de 14 m X 26 m”, isto é, uma área de 364 m², segundo as conclusões dos colóquios realizados no Instituto Nacional Educação Física²². Porém o ginásio projectado no referido estudo não foi adoptado.

Em seu lugar foram erguidos dois ginásios no piso 2, sendo que o ginásio principal tem as dimensões de 26 m x 13,50 m, ou seja, uma área de 351 m², e o ginásio secundário 11,2 m x 8,9 m, equivalente a uma área de 99,68 m².

Deste modo, adoptou-se a proposta defendida pelo arquitecto, de construir um ginásio grande que permitisse a prática de jogos (badminton, volley) e de um outro, mais pequeno, destinado à prática de ginástica, ligeiramente afastado do primeiro e unidos pelo armazém do material de ginástica o que deveria permitir o apoio em simultâneo a ambos os pavilhões.

²² “Estudo referente ao Ginásio do Liceu Masculino de Alvalade”, Documentação integrada no espólio do arquitecto Ruy Jervis d’Athouguia, integrado a título de depósito no Arquivo Municipal de Lisboa e sujeita a avaliação.

Conclusão: As três propostas escolares, de início da década de 50, fazem parte do segundo e terceiro período da construção escolar no Bairro de Alvalade²³, com soluções de carácter modernizante e que procuram aplicar os princípios básicos da Carta de Atenas, sobretudo no tocante ao melhor aproveitamento do espaço, utilizando-o para criar zonas verdes, intimistas e de estreita ligação entre o exterior e o interior das habitações e dos equipamentos edificados. Denota-se, também, uma forma funcional e racional de articulação da topografia e uma cómoda utilização da luz solar, por um lado, com a abertura de grandes janelas e por outro, jogando com a criação de palas de protecção solar.

Se, por um lado, na Escola Primária do Bairro de S. Miguel e no Liceu Masculino Padre António Viera o modelo encontrado é em tudo semelhante, com a aplicação do sistema de pilotes, na outra escola primária adopta-se o sistema horizontal modelar, onde uma sala/bloco serve de modelo às restantes. Mas, em todas as três, o programa modernista é uma constante, defendendo-se o bem-estar e a humanização destes espaços, vertentes importantes em todas as propostas arquitectónicas de Ruy d'Albuquerque.

Todos estes estudos foram complementados com o projecto de algumas peças de mobiliário, uma tendência frequente na arquitectura moderna, e que vê estender as preocupações do arquitecto ao interior dos edifícios. Albuquerque é, assim, um dos pioneiros na preocupação moderna de concepção de peças de design, disciplina que só muito tardiamente se desenvolveu no país e, como tal, preconizador do movimento modernista em Portugal.

Por isso, muitos teóricos da arquitectura/urbanismo não hesitam em afirmar que é através das escolas do Bairro de Alvalade que mais facilmente se detectam elementos de modernidade e a evolução nas propostas, edificam uma nova era na Modernidade da arquitectura portuguesa do século XX²⁴.

²³ Sobre este tema ver, João Pedro Costa, *Bairro de Alvalade, Um Paradigma no Urbanismo Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 93.

²⁴ “Do conjunto dos equipamentos projectados, as várias escolas primárias ilustram, de modo sugestivo, a evolução da arquitectura portuguesa neste período: desde os primeiros conjuntos (1945-1948) da autoria de Peres Fernandes, onde é ainda patente o compromisso com o desenho tradicional, ao projecto funcionalista de Palma Melo (1922-) para a escola de S. João de Brito (1954-1956), ou ao desenho claro e funcional de Ruy Jervis d'Albuquerque, na escola do Bairro de S. Miguel (1949-1952), na opção mais poética adoptada na estruturação modular da escola Teixeira de Pascoaes (1954-1959), ou, já no final da década, no projecto do Liceu Padre António Vieira (1959), desenvolvido com o rigor e a maturidade expressas no manuseamento dos códigos do movimento moderno que caracterizam as obras deste autor.” (Idem, *ibidem*, p. 71).